



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/nauliteraria>

Vol. 14 N. 02 2018

Literatura e a emergência do político

## Da ideia do popular no projeto da *Enciclopédia Brasileira* através da *Revista do Livro*

## L'idée de populaire dans le projet de l'*Enciclopédia Brasileira* à travers de la *Revista do Livro*

Fernando Floriani Petry

**Resumo:** Através de uma análise dos diferentes projetos que perpassaram a *Revista do Livro* – órgão do *Instituto Nacional do Livro*, publicada entre os anos de 1956 e 1970, e retomada pela *Fundação Biblioteca Nacional* em 2002 – pretendemos demonstrar as diferentes propostas para se lidar com a ideia do popular que circularam nas páginas da revista. Focamos nosso *corpus* de pesquisa nos números publicados entre 1956 e 1961, período de maior regularidade da revista. Partindo, assim, da leitura de três projetos enciclopédicos, o de Mário de Andrade, o de Euryalo Cannabrava e o de José Galante de Sousa, investigamos como a ideia do popular estruturou esses três diferentes projetos dentro do *Instituto Nacional do Livro*, e, por conseguinte, dentro da *Revista do Livro*.

**Palavras-chave:** enciclopédia; popular; *Revista do Livro*.

**Résumé :** Par une analyse des différents projets qui imprégnait la *Revista do Livro* – revue officielle de l'*Instituto Nacional do Livro* qui fut publiée entre les années 1956 et 1970 et reprise par la *Fundação Biblioteca Nacional* en 2002 – nous visons à démontrer les différentes propositions pour faire face à l'idée de populaire qu'ont circulé dans ces pages. Nous concentrons notre *corpus* de recherche sur les numéros publiés entre 1956 et 1961, la période le plus régulière de la revue. Ainsi, à partir de la lecture des trois projets encyclopédiques, celui-là de Mário de Andrade, celui-là de Euryalo Cannabrava et celui-là de José Galante de Sousa, nous avons étudié comment l'idée de populaire a structuré ces trois projets dans l'*Instituto Nacional do Livro* et dans sa revue.

**Mots-clés:** encyclopédie; populaire; *Revista do Livro*.

O poeta come amendoim

A Carlos Drummond de Andrade

Noites pesadas de cheiros e calores amontoados...  
Foi o Sol que por todo o sítio imenso do Brasil  
Andou marcando de moreno os brasileiros.

Estou pensando nos tempos de antes de eu nascer...

A noite era pra descansar. As gargalhadas brancas dos mulatos...  
Silêncio! O Imperador medita os seus versinhos.  
Os Caramurus conspiram na sombra de mangueiras ovas.  
Só o murmurejo dos cre'm-deus-padres irmanava os homens  
de meu país...

Duma feita os canhamoras perceberam que não tinham mais  
escravos,  
Por causa disso muita virgem-do-rosário se perdeu.

Porém o desastre verdadeiro foi embonecar esta República  
temporã.

Mário de Andrade, *Clan do jaboti*.

### **Das enciclopédias**

O artigo 2, inciso *a* do decreto-lei número 93 referente à criação do Instituto Nacional do Livro (1937–1990) delegava-lhe o papel de “organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, revendo-lhes as sucessivas edições”.<sup>1</sup> Ainda que tenha sido o poeta cearense Américo Facó o primeiro a assumir a chefia da Seção da Enciclopédia, foi o escritor paulista Mário de Andrade – na função de consultor técnico do Instituto Nacional do Livro – o primeiro a esboçar um anteprojeto para levar a cabo a edição da obra.

Mário de Andrade se dedicou com afinco à produção do anteprojeto da *Enciclopédia Brasileira*, cujas diretrizes previam um texto minucioso e longo, perpassado por um grande senso de responsabilidade intelectual pela tarefa que seria assumida. O escritor paulista começou suas reflexões estabelecendo a relação entre a situação econômica e social do país e a sua produção cultural, afinal, o Brasil era “‘um país de nível econômico ainda não muito elevado’ (eufemismo da era estado-novista, para expressar o que hoje chamamos subdesenvolvimento)”.<sup>2</sup> Na percepção do escritor, eram poucos as famílias e os lares brasileiros que podiam se valer de uma biblioteca vasta o suficiente para lhes prover de um conhecimento geral minimamente qualificado. Estabeleceu-se, desta maneira, a motivação inicial para a elaboração da *Enciclopédia Brasileira*: a tarefa, sendo muito onerosa para uma editora comercial, deveria ser assumida pelo poder público, o único capaz de dotá-la da qualidade necessária, com os subsídios suficientes para torná-la viável e acessível a toda a população. A obra configurar-se-ia, portanto, como uma economia significativa para as famílias brasileiras, que, dispensadas da necessidade de adquirir múltiplos livros, teriam na *Enciclopédia Brasileira* a possibilidade de aquisição e acesso a um conhecimento vasto o suficiente, que até então estava muito distante de seus quotidianos.

---

<sup>1</sup> In: BRASIL, Decreto-lei número 93, de 21 de dezembro de 1937. [Grifos nossos]. O Instituto Nacional do Livro (INL) fora criado durante o governo Vargas com quatro propósitos básicos: a) organizar e publicar a enciclopédia brasileira; b) editar livros raros que sejam do interesse da cultura nacional; c) promover as medidas necessárias para o fomento do mercado livreiro; d) incentivar a criação e a manutenção de bibliotecas públicas no Brasil. Seu primeiro e mais importante diretor foi o poeta gaúcho Augusto Meyer, responsável também pela publicação da revista oficial do INL, a *Revista do Livro*.

<sup>2</sup> ANDRADE, Mário de. *Apud*: CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade, exílio no Rio, 1989*, p. 109.

O plano deveria, portanto, levar em conta a realidade brasileira, ou seja, um país cuja população estava dividida entre “uma muito pequena elite cultural, [uma] larga massa camponesa analfabeta e [uma] população urbana irregularíssima em cultura”.<sup>3</sup> A classe operária, na visão de Mário, não encontrava um meio de desenvolver os conhecimentos inerentes aos seus ofícios e a sua cultura geral em uma sociedade na qual a maioria dos livros técnicos ainda era em idiomas estrangeiros e custosos por demais, dois impeditivos significativos para sua popularização.

Nas palavras de Werneck de Castro, o anteprojeto de Mário para a *Enciclopédia* a pretenderia como uma obra nacionalista, pois ela assumiria a tarefa de refletir o Brasil e suas realidades. “Mas nem exclusivamente ‘cultura’ – o que a tornaria gigantesca e caríssima – nem proletariamente ‘popular’, dirigida a ‘uma meia cultura de voo ginásio’”. O que configuraria, portanto, uma obra de caráter misto, objetiva e realista, evitando a “terminologia técnica, os exemplos, diagramas, signos que escapassem ao leitor não especializado na matéria”.<sup>4</sup>

O anteprojeto de Mário de Andrade para a enciclopédia conheceu, enfim, duas versões. Foi, primeiramente, um estudo elaborado sob a égide do INL, seguido de rascunho do projeto enviado via ofício ao ministro Gustavo Capanema, em 1939. Em sua segunda versão, o texto foi reelaborado e publicado n’*O Observador econômico e financeiro*, de janeiro de 1940. Em ambas as versões, transparece uma grande preocupação de Mário de Andrade frente ao projeto:

Parece que o ideal de uma *Enciclopédia Brasileira* nossa contemporânea será pretender uma aparentemente ambiciosa multivalência. Criar-se uma obra de caráter misto que possa, conforme o assunto, se dirigir à classe que este assunto diretamente interesse, e a todas as classes ser útil. Um critério conceitual geral, nem histórico, nem filosófico, nem científico, mas francamente objetivo e realista e inteligentemente mudável, conforme a natureza mesma do verbete. Uma geral objetividade realista, *nada sentimental*, que não dê opiniões nem palpites, nem tome partido.<sup>5</sup>

O ideal seria, a partir do que diz Mário de Andrade, perseguir uma multivalência que pudesse levar aos lares brasileiros um saber objetivo, realista, que refletisse as diferentes características formadoras da cultura brasileira e que servisse, ao mesmo tempo, aos mais variados interesses e às mais variadas demandas por conhecimento da sociedade brasileira. Que servisse, ao mesmo tempo, para explicar conhecimentos “básicos” à massa operária e para aprofundar conhecimentos complexos de uma elite já culta.

As justificativas elencadas para a execução do projeto passam também pela necessidade de fazer oposição a uma especialização cada vez maior do conhecimento humano e pela

---

<sup>3</sup> *Idem*, p. 110.

<sup>4</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>5</sup> ANDRADE, Mário. *Enciclopédia Brasileira*, 1993, p. 20, 21. [Grifo do autor].

necessidade urgente de equiparar o Brasil a outros países que já possuíam suas próprias enciclopédias. Dentre estes, estão a Inglaterra, a Itália e a Alemanha, que fornecem os modelos *Britannica*, *Treccani* e *Brochhaus* que serviriam de base para as propostas de Mário. É nelas que o autor se apoiaria para organizar os critérios de composição dos verbetes, de organização das informações, de constituição das comissões, de elenco da bibliografia de suporte.

Para cumprir seus objetivos, o projeto não poderia ser especializado, além de ter que evitar ao máximo seguir um único horizonte cultural. Afinal, “se a *Enciclopédia Brasileira* se dirigir especialmente a uma determinada classe de cultura, se for culta, interessante especialmente a intelectuais como a *Italiana*, ou se for popular, se conformando exclusivamente à mediana cultural, ou mesmo ao proletariado, ela se arrisca a uma diminuição antinacional muito grande em seu alcance”.<sup>6</sup>

O projeto deveria, portanto, envolver a nação de uma maneira dupla: levar a cultura geral ao povo brasileiro como um todo, e falar do Brasil. Levar às camadas cultas da sociedade os elementos populares da cultura; e conseguir levar às camadas populares um conhecimento até então exclusivo dos dominantes. Buscando um *meio do caminho*, a Enciclopédia deveria carregar em si essa multivalência, com o intuito de servir os intelectuais, os operários, a burguesia nascente, o campesinato. A possibilidade de atingir todas as camadas da sociedade brasileira passaria, assim, pela organização dos verbetes e das informações apresentadas.

A solução encontrada por Mário foi, portanto, adotar uma linguagem mais simples para os verbetes mais abrangentes de interesse geral – como Geografia, Direito, Literatura – e manter a linguagem técnica restrita aos verbetes mais específicos e especializados. Os primeiros se dirigiriam aos leitores medianos e os segundos, aos leitores cultos. “Assim, a meu ver, a primeira definição da *Enciclopédia Brasileira* é a de sua multivalência. Abrangerá todas as camadas de cultura de leitores possíveis, dando a cada assunto ou verbete um peso cultural diverso, de acordo com a sua própria área intelectual de vida”.<sup>7</sup>

Mário de Andrade afirmava ainda que a Enciclopédia não poderia ter a importância cultural universal das grandes enciclopédias, que a validade e a legitimidade da sua versão brasileira estariam justamente em se basear na “coisa brasileira”:

O conhecimento da matéria nacional deve estar em desproporção em relação aos outros assuntos. Esse critério não somente dá uma maior funcionalidade nacional à *Enciclopédia Brasileira*, como também a possibilidade de adquirir uma validade universal. Ela preencherá o vazio que existe nas enciclopédias estrangeiras a respeito da “coisa nacional” do Brasil. [...] O autor acredita que essa universalização só pode se realizar através da afirmação da nacionalidade, destacando o que nos é específico, o que nos caracteriza. É o Brasil entrando para o concerto das

---

<sup>6</sup> *Idem*, p. 16–18.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 24.

nações por meio da enciclopédia: "Semelhante contribuição será um complemento brasileiro das enciclopédias estrangeiras, e o melhor recenseamento enciclopédico do que somos e do que já fizemos para a cultura e a vida humanas."<sup>8</sup>

O projeto, porém, naufragou na turbulenta relação estabelecida entre o escritor e a administração pública. Com a mudança de direção do INL, o projeto da enciclopédia seria deixado de lado até 1956, quando da nomeação de José Santos Pereira. Pereira, por sua vez, nomearia Euryalo Cannabrava para a chefia da seção da Enciclopédia. Professor de filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e do Colégio Pedro II, Cannabrava inicia seus trabalhos com um anteprojeto publicado no primeiro número da *Revista do Livro*, ainda em 1956.

Frente a frente, é visível o afastamento das diretrizes elaboradas por Mário de Andrade. Cannabrava, ao propor seu esboço, mantém apenas os cinco anos de previsão para a elaboração e a publicação da *Enciclopédia*. Nas demais diretrizes, proposições bastante contrárias àquelas de Mário. Já nos objetivos, podemos perceber tais diferenças:

A Enciclopédia se destina principalmente a completar estudos e contribuir para a aquisição de conhecimentos de alto nível cultural, através do sistema de verbetes, evitando-se o excesso de informações de caráter especializado.

A obra fornecerá também esclarecimentos sobre conceitos fundamentais nos diversos campos do conhecimento humano e conterá uma parte meramente informativa, com exposição clara e direta dos temas, sem concessões à erudição livresca ou à simples acumulação de notas e comentários.<sup>9</sup>

Ainda que a Cannabrava fale de evitar o excesso de informações de caráter especializado, a multivalência proposta por Mário de Andrade foi bastante empobrecida no esboço de Cannabrava. Perdeu-se a preocupação de fazer da *Enciclopédia* uma obra universal, que atingisse todas as camadas da população, que permitisse a mobilidade do conhecimento entre as camadas mais altas e as mais baixas. Ao focar a complementação de estudos e a contribuição para a aquisição de conhecimentos de alto nível cultural, Cannabrava excluiria do seu público-alvo não só a massa operária, as camadas mais populares da sociedade brasileira, como também deixou de fora da obra os conhecimentos de “baixo nível” cultural, ou seja, os conhecimentos populares, o folclore, a cultura – teatro, música, cinema, literatura – popular.

O que até então era um esboço ganhou corpo no número seguinte da *Revista do Livro* (03/04, dezembro de 1956)<sup>10</sup>, com a publicação do texto de apresentação das diretrizes dos trabalhos da *Enciclopédia Brasileira*, assinado por Euryalo Cannabrava. Em sua narrativa, o professor discorreu acerca do estranhamento causado em seus colaboradores a orientação de

---

<sup>8</sup> AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. *Uma enciclopédia à Brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade*. 1999, p. 405.

<sup>9</sup> CANNABRAVA, Euryalo. *Plano da Enciclopédia Brasileira*. In: **Revista do Livro**, n.º 01/02, 1956, p. 308.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *Diretrizes da Enciclopédia Brasileira*. In: **Revista do Livro**, n.º 03/04, 1956, p. 11–14.

que os verbetes deveriam ter um sentido eminentemente prospectivo. Acusaram-no de antitradicional e de fazer *tábula rasa* das conquistas históricas do passado. Em sua defesa, Cannabrava observa que “é forçoso reconhecer que a maioria das enciclopédias, inclusive a soviética, tem caráter acentuadamente retrospectivo, de repositório de dados ou informações sobre o que já foi realizado, contendo vaga indicação sobre o que se realiza presentemente e ainda menos sobre o que se pretende realizar”.<sup>11</sup> Esse sentido tradicionalista, filia-se a uma orientação historicista de lidar com a cultura que, segundo Euryalo, impregnou a cultura do século XIX e ainda se manifesta no século XX. Tal orientação acabaria por desvincular a cultura do seu momento presente, sobrecarregando-a de condições históricas para se manifestar: “a única explicação para tudo isso é que os filósofos, como os políticos, os sociólogos e os historiadores, preferem descrever a interpretar, acumulando fatos e citações em vez de exercer a atividade crítica”.<sup>12</sup>

Ao propor um sentido prospectivo para a *Enciclopédia Brasileira*, Cannabrava estaria propondo que o caráter preditivo do conhecimento teria a mesma ou mais relevância do que o caráter histórico de descrição dos fatos acumulados. O filósofo filia o seu projeto à agenda do desenvolvimentismo brasileiro, com seus ideais de crescimento do país, de alargamento de conquistas econômicas, enfim, um projeto ambiciosamente prospectivo, preocupado com o engrandecimento do país e de sua população.

O projeto de Euryalo alinha-se, assim como a própria *Revista do Livro*, como sendo mais uma manifestação dos altos propósitos do governo em contribuir para o aprimoramento da cultura nacional<sup>13</sup>. A obra serviria, portanto, na dupla mão de instruir, aprimorar a cultura nacional, e, ao mesmo tempo, apontar o futuro aprazível que aguardaria o país ao aprofundar seu desenvolvimento nacional. O caráter preditivo seria exemplificado por Cannabrava, que recuperou as investigações da física nuclear para observar que:

Sabe-se perfeitamente que, na pilha atômica, a reação em cadeia é frenada de maneira a permitir a liberação da energia em quantidades praticamente utilizáveis. Em circunstância torna possível o emprego de energia térmica, produzida pela fissão, para abastecer as usinas elétricas. Nessa base, não poderemos sem risco prognosticar que em futuro mais ou menos próximo será possível utilizar a pilha atômica para as atividades industriais que exigem atualmente o petróleo, o carvão e a hulha branca? Indicar com precisão o que representará a energia nuclear sob o ponto de vista do transporte urbano, da navegação marítima e da vida social organizada parece constituir tarefa de sentido eminentemente enciclopédico.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>13</sup> Recuperamos a fala de Clóvis Machado, Ministro da Educação e Cultura do governo de Juscelino Kubistchek, ao apresentar o primeiro número da *Revista do Livro*, em 21 de maio de 1956.

<sup>14</sup> CANNABRAVA, Euryalo. *Op. cit.*, p. 13.

Ao falar das maravilhas proporcionadas pela energia nuclear, Cannabrava reforça o caráter prospectivo que ele deseja para o projeto, afinal, optou por ignorar os riscos envolvidos na utilização dessa fonte de energia, e de fazer *tábula rasa* – como o acusaram seus colaboradores – dos fatos históricos de certa monta ainda recentes sobre a energia nuclear, afinal, não distava mais de 11 anos do fim da Segunda Grande Guerra e dos ataques às cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Porém, não cremos que seria o objetivo central da *Enciclopédia Brasileira* apontar as maravilhas do futuro proporcionadas pela energia nuclear, mas sim alinhar-se a uma política de desenvolvimento nacional que projetaria o país para o futuro, dos 50 anos em 5. A postura que Cannabrava procurava para os seus trabalhos simboliza não necessariamente um desapego à história ou à tradição, mas sim um desprezo pelo passado arcaico e atrasado do país frente ao presente modernista de construção de Brasília, da exploração de uma fonte energética com um enorme potencial, da industrialização e urbanização do país. Antevemos, no projeto da *Enciclopédia Brasileira*, o esforço de inscrição do país dentre os países progressistas, desenvolvidos, maravilhados com as possibilidades e os confortos aportados pelo desenvolvimento científico. Esse esforço se traduz na dedicação que se dará ao conhecimento científico na elaboração da *Enciclopédia*, que ganhará “papel relevante em suas páginas”, sobretudo em sua faceta prospectiva, em suas possibilidades de avanços tecnológicos e científicos. Isso “sem prejuízo [ao] inventário retrospectivo de importantes aquisições.”<sup>15</sup>

Temos, assim, o principal afastamento entre os projetos de Mário de Andrade e de Euryalo Cannabrava. No primeiro, a cultura ganhava uma dimensão mais aprofundada e significativa, cujos intuitos, da *Enciclopédia*, perseguiam a possibilidade da multivalência da cultura – levar aos letrados a cultura popular ao mesmo tempo em que exerce o movimento contrário, permitindo, às camadas populares, o acesso à cultura culta, sem que esses movimentos acachapassem nenhuma das diferentes camadas sociais. Ao focalizar no conhecimento científico, Cannabrava afasta a cultura popular das páginas da *Enciclopédia*, relegando às camadas populares o papel de meros receptores do conhecimento letrado. O afastamento das camadas populares da obra fica ainda mais patente ao observamos a mudança do público-alvo previsto. Se em Mário havia uma intenção universalizadora, a nova versão do projeto prevê seu público composto por jovens estudantes universitários: “Mas é preciso não esquecer que o nosso objetivo consiste em atender às necessidades culturais do estudante de

---

<sup>15</sup> *Idem*, p. 13.

nível universitário”.<sup>16</sup> Com esse deslocamento, percebe-se a que o projeto de 1956 da *Enciclopédia* é muito mais técnico e tecnicizante do que aquele de 1940.

Euryalo Cannabrava permaneceu à frente da Seção da Enciclopédia e do Dicionário do Instituto Nacional do Livro entre os anos de 1956 e 1961. Passados os cinco anos previstos para a publicação da obra, tudo o que Cannabrava pôde apresentar foram obras subsidiárias de colaboradores que contribuiriam para a discussão e a elaboração dos verbetes, publicadas nas coleções do INL, sobretudo nas coleções Biblioteca Científica Brasileira e Biblioteca Filológica. Dentre elas, tivemos, por exemplo, a publicação do *Dicionário Etimológico Latino*, do jesuíta francês erradicado brasileiro Augusto Magne.

Ainda no início de 1961, Cannabrava deixou vacante a direção da seção. Quem ocupou o espaço foi o funcionário de carreira do Instituto Nacional do Livro José Galante de Sousa. Em texto não assinado, o qual atribuímos à Galante de Sousa pelo cargo recém-assumido – publicado no número 23/24 da *Revista do Livro*, anunciou-se o andamento das tarefas da seção:

Com recursos orçamentários reduzidos, realizou essa Seção [a da Enciclopédia e do Dicionário], nos vinte anos de existência que antecederam à atual administração, trabalho digno de ser ressaltado, embora os percalços e contramarchas, companheiros do êxito e mestres de sabedoria e experiência.

[...] A atual administração do Instituto e da S.E.D., por seu turno, acompanhando o surto de desenvolvimento que se fez sentir no país, inclusive no terreno da educação e da cultura, que lhe exige uma ampliação estrutural e uma dinamização funcional, lançou-se desde o ano passado, a um trabalho positivo de planificação e execução das atribuições que lhe incumbem, o qual vai a seguir transcrito em linhas gerais, com os seus primeiros resultados.<sup>17</sup>

Temos, desta maneira, o terceiro projeto para a *Enciclopédia Brasileira*. José Galante de Sousa o elaborou respeitando os trabalhos anteriores – ao contrário do que Cannabrava fez com o anteprojeto de Mário – e readaptando sua planificação para a realidade brasileira dos anos de 1960. A primeira grande mudança que Galante de Sousa promoveria nos planos da obra seria o abandono da estratégia de usar verbetes em ordem alfabética, com o intuito de dinamizar a enciclopédia. Desta maneira, a obra passaria a ser publicada através da reunião de matérias em cinco séries: a) assuntos Brasileiros; b) ciência Humana; c) as artes; d) a técnica, e; e) assuntos gerais.

A nova organização aproximava-se da *Encyclopédie Française*, pois abria-se à possibilidade de publicar os volumes aleatoriamente, afinal, não haveria mais a necessidade de ordem numérica ou de assuntos. Percebemos, por essa nova estruturação, que o plano de Galante de Sousa se localizaria como um meio termo entre o anteprojeto de Mário de Andrade

---

<sup>16</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>17</sup> [Sem autoria identificada, atribuímos à José Galante de Sousa]. *A seção da enciclopédia e do dicionário do I.N.L.* In: *Revista do Livro*, n.º 23/24, 1961, p. 230, 231.

e o plano prospectivo de Euryalo Cannabrava, uma vez que abria espaço para os assuntos brasileiros, suas letras e artes – tributários do primeiro anteprojeto –, e mantinha alguns aspectos técnicos-científicos – oriundos do segundo projeto. Se, por um lado, público-alvo permanecia aquele do filósofo:

Nos moldes projetados, a Enciclopédia Brasileira não será apenas uma obra de consulta apressada nas mãos do leitor curioso, mas se propõe, como finalidade principal, a atender à necessidade inadiável de textos para estudo em língua portuguesa, indispensáveis aos cursos universitários, e, em relação aos assuntos brasileiros, a palmilhar e dissecar, com os instrumentos de pesquisa e do estudo planejado, esse gigante quase desconhecido e inexplorado.<sup>18</sup>

Por outro lado, o plano de José Galante de Sousa dispôs-se a palmilhar e dissecar os assuntos brasileiros, aprofundando os estudos em língua portuguesa. Preocupações, como podemos perceber, em comum com o anteprojeto de Mário de Andrade. Ou seja, volta à cena, ainda que enfraquecida, a multivalência da *Enciclopédia Brasileira* andradiana, à qual se projetava a colaboração com os estudos universitários e, de maneira concomitante, um esforço de aprofundar os conhecimentos acerca desse *gigante* Brasil.

Partindo dessas duas orientações, José Galante de Sousa continua argumentando a favor do novo projeto, e lançando as bases de atuação que se seguiriam:

Optou-se começar os trabalhos pelas Séries A e B, acima referidos, lançando-se o Instituto, em relação aos Assuntos Brasileiros, à feitura do *Dicionário de Literatura*, ao mesmo tempo bibliográfico e de assuntos, registrando autores, obras, gêneros, movimentos, sociedades, academias, etc. Partindo de valioso material de pesquisa, acumulá-lo em anos de trabalho por Antônio Simões dos Reis e José Galante de Sousa, indiscutivelmente figuras exponenciais da Bibliografia Brasileira, tem desde o ano próximo passado, desenvolvimento a primeira fase da elaboração do Dicionário que consiste na complementação e atualização do levantamento bibliográfico geral, a cargo desses especialistas e de um grupo de colaboradores.<sup>19</sup>

O novo projeto, anunciado por Galante de Sousa, é de um *Dicionário de Literatura*, com um levantamento *biobibliográfico* geral, a cargo de especialistas e colaboradores, que compreenderia os diversos autores, obras, gêneros, movimentos da literatura nacional. O que não anuncia o diretor da seção da Enciclopédia é que esse projeto já teria se iniciado cinco anos antes, e responderia por um só nome: *Revista do Livro*.

Chegamos, desta maneira, à ideia de que o projeto da *Revista do Livro* era, na verdade, a confluência das atividades de três diferentes grupos que atuavam nas dependências do Instituto Nacional do Livro, e que tiveram representatividade para suas vozes, com maior ou menor espaço, nas páginas da revista. Três grupos oriundos das três diferentes propostas para a *Enciclopédia Brasileira*. Esta é a chave de leitura que ativamos com o intuito de compreender

---

<sup>18</sup> *Idem*, p. 232.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*. [SIC].

a profusão de textos que aparentemente seriam desconexos e, de certa monta, contraditórios se alocados dentro de um único projeto. Ou melhor, ler a revista como um campo de atuação das diferentes interpretações para a *Enciclopédia Brasileira* foi o que nos permitiu perceber que, em suas páginas, conviviam três diferentes maneiras de lidar com a produção de conhecimento no Brasil. Daí a existência de três grandes grupos dentre os textos publicados pela *Revista do Livro*, nesses seus cinco anos de sua publicação, entre 1956 e 1961.

### **Do primeiro grupo: anteprojeto de Mário de Andrade**

O primeiro destes grupos, tributário do anteprojeto de Mário de Andrade, é responsável pela multivalência da revista, procurando envolver a nação de uma maneira dupla: levar a cultura geral ao povo brasileiro como um todo, e falar do Brasil. Levar às camadas cultas os elementos populares da cultura, e conseguir, concomitantemente, levar às camadas populares um conhecimento até então exclusivo dos grupos dominantes. Tais ideias já podem ser vistas no editorial de abertura da *Revista do Livro*, no qual José Renato Santos Pereira concorda com Mário de Andrade em relação ao papel que o governo deveria ter em subsidiar a *Enciclopédia Brasileira*, que, por extensão de sentido, pode ser entendido como uma maneira de “governo e intelectualidade [reunidos] impulsionar o processo civilizador da nação jovem e palpitante de perspectivas imediatas”.<sup>20</sup> Como governo, ele deveria ser responsável por reunir em suas fileiras e envolver em suas malhas institucionais intelectuais aptos a possibilitar o acesso à cultura a todos os interessados, de todas as camadas sociais brasileiras. Só assim, ainda nos dizeres de Santos Pereira, “o Estado estará cumprindo a sua missão de depositário das esperanças de dias melhores, de *democratização da cultura*”.<sup>21</sup> Por democratizar a cultura, lemos o significativo gesto de criar meios e possibilidades de acesso à cultura para todos aqueles interessados. Eis a razão de existir da *Enciclopédia Brasileira*, na visão de Andrade, em sua multivalência. Ambos, tanto Mário de Andrade quanto Santos Pereira, caem também no mesmo paradoxo. Enquanto o primeiro, em seu anteprojeto, discorre acerca da existência de uma massa campesina analfabeta, o segundo afirma que “estamos convencidos da necessidade de serem incorporados à nossa cultura milhões e milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever”.<sup>22</sup> Ora, que diferença produziria no processo de alfabetização do povo brasileiro a publicação de uma enciclopédia? Ou melhor, como uma enciclopédia poderia contribuir para esse processo? Para combater esse problema, não seria necessário o investimento em escolas,

---

<sup>20</sup> PEREIRA, José Renato Santos. *Depoimento*. In: **Revista do Livro**, n.º 01/02, 1956, p. 3.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem* [grifo nosso].

<sup>22</sup> *Idem*, p. 4.

em professores, na universalização do ensino? E uma enciclopédia, por mais preocupada que esteja com as diferentes camadas sociais, não ensinaria, por si só, o povo brasileiro a ler ou a escrever. Em ambos os casos, tanto no anteprojeto de Mário de Andrade quanto nos dizeres de José Renato Santos Pereira, isso se traduz, a nosso entender, não em um esforço real e direto contra o analfabetismo, mas sim em uma preocupação patente de que a “palavra Democracia readquirira a sua plenitude e a sua dignidade, e a palavra Cultura volte a ser parte integrante deste significado, como perfume à flor, o sabor ao alimento, a cor à terra”.<sup>23</sup>

Nesta linha, teríamos duas possibilidades de vincular os textos publicados na *Revista do Livro* ao grupo ligado ao anteprojeto de Mário. A primeira delas é a existência de textos que procurem levar, às camadas cultas, elementos da cultura popular brasileira, como o ensaio de Renato Almeida sobre a *Importância dos estudos americanos de folclore*, publicado na *Revista do Livro* n.º 05, no qual discorre acerca dos processos de transplantação cultural, e como o negro e o índio fazem parte do processo de construção cultural brasileiro.

A segunda maneira de vincular os textos publicados ao anteprojeto seria através dos textos contrários, os que procuram apresentar a cultura letrada às camadas menos cultas. Temos, nesse caso, o exemplo a discussão de Sylvio da Cunha sobre a fotografia, também no quinto número da revista. O texto de Cunha possui uma linguagem mais direta, mais simples, e procura apresentar diferentes aspectos do debate em torno da questão: a fotografia é arte?

Ainda que possa parecer contraprodutivo que ambos os textos convivam no mesmo espaço da *Revista do Livro*, se recordarmos que a revista era distribuída para todas as bibliotecas cadastradas no Instituto Nacional do Livro, observaremos que a revista circulava ao mesmo tempo na Biblioteca Nacional, nas bibliotecas universitárias, municipais, escolares, estando ao alcance do mais variado público, e podendo cumprir diferentes papéis de acordo com seu espaço de circulação.

Um dos indícios que nos gerou a suspeição de ser a *Revista do Livro* um campo de atuação da *enciclopédia* foi a existência de colaboradores especialistas, fixos, recorrentes, responsáveis por temas específicos, como se tivessem sido contratados para trabalhar nos verbetes ou nos temas enciclopédicos. Entre os colaboradores da *Revista do Livro*, há aqueles que atuam de maneira frequente, cujas publicações poderiam, a nosso ver, ser elencadas como um esforço de elaboração de verbetes ou de estudos acerca de uma temática específica, tal qual

---

<sup>23</sup> *Idem, ibidem.*

se espera de uma enciclopédia. O exemplo mais emblemático é o de Luís Cosme, responsável por 9 dos 363<sup>24</sup> textos publicados em todo o nosso *corpus* da *Revista do Livro*:

1. *Experiência do Concretismo na música*. Revista do Livro, n°.01/02, p. 77-80.
2. *Folc música no Rio Grande do Sul*. Revista do Livro, n°.03/04, p. 139-157.
3. *Três compositores brasileiros*. Revista do Livro, n°.08, p. 215-219.
4. *Ensaio sobre a música concreta*. Revista do Livro, n°.09, p. 215-220.
5. *Música e História*. Revista do Livro, n°.12, p. 127-134.
6. *Catálogo de disco musicais de longa duração*. Revista do Livro, n°.13, p. 139-162.
7. *Salamanca do Jarau*. Revista do Livro, n°.14, p. 189-196.
8. *Vila-Lôbos, compositor brasileiro*. Revista do Livro, n°.18, p. 191-196.
9. *Criação musical*. Revista do Livro, n°.23/24, p. 215-218.

Luís Cosme se caracterizaria, a nosso ver, como o responsável pelo verbete *Música* da *Enciclopédia/Revista do Livro*, uma vez que todos os seus textos versam sobre música. Mais significativo é o fato de que Cosme responde por 9 dos 12 textos que versam sobre música publicados na *RL*. Dentre os 3 textos restantes, temos, por exemplo, o de Zilda Cosme, sua esposa e responsável pela manutenção do acervo de Luís Cosme após a sua morte. O texto de Zilda, *Cosme, panorama da sua composição musical*, versa sobre a produção teórica e musical do marido, o que nos permitiria elevar para 10 o número total de contribuições de Luís Cosme.

Ao avançarmos na análise dos textos do musicólogo, perceberemos que o verbete *Música* é construído dentro das prerrogativas do anteprojeto de Mário de Andrade, ou seja, a partir de sua multivalência. Cosme, em alguns textos, versa sobre a música popular e sobre o folclore, transparecendo um esforço de trazer para o âmbito da cultura letrada elementos de origem popular. Em outros, o funcionário do INL discute aspectos específicos da música, com uma linguagem mais complexa, contribuindo com os estudos especializados em verbetes mais precisos. Em outros, por fim, procura apresentar para as camadas mais populares, com uma linguagem mais simples, personagens e fatos significativos da história musical brasileira.

Essa diferenciação, instável, deu-se, a nosso ver, sobretudo no nível da utilização conceitual de ideias e termos. Nos textos em que Cosme traz o popular para o erudito, ele se vale frequentemente da estratégia de discutir os conceitos, as definições de popular, de música, o que se traduz em um esforço de valorização do elemento popular, em um esforço de justificar a busca por esse elemento popular. Nos textos contrários, nos quais o autor leva o erudito a um público não especializado, a linguagem adotada é mais simples, curta, direta. Isso significa que

---

<sup>24</sup> Tais números fazem parte das estatísticas geradas pela Base de Dados do projeto *Poéticas Contemporâneas* do Núcleo de Estudos Literários & Culturais – o NELIC, da Universidade Federal de Santa Catarina. No NELIC, realizamos a indexação da revista, a fim de levantar todos os dados que suportam a presente leitura. A partir dessa indexação, chegamos em 363 como número total de textos publicados na *Revista do Livro*, em todas as seções, excetuando-se os textos não assinados, como alguns editoriais e algumas das notas publicadas na seção *Noticiário*. Somados todos os textos, teríamos um total de 442.

cada conceito, cada definição apresentada é didaticamente explicada – ainda que isso acarrete em uma redução, um empobrecimento do debate, da conceituação dos termos. Nestes textos, as informações são apresentadas como fatos históricos fechados. Por fim, nos textos especializados para especialistas, Cosme se vale dos conceitos sem preocupação alguma de explicá-los, defini-los, como se se referisse a um conhecimento comum, partilhado com seus pares, a fim de emitir a sua opinião, a sua interpretação de um tema.

Luís Cosme respeita, desta maneira, a solução encontrada por Mário de Andrade: a de adotar uma linguagem mais simples, mais acessível para os verbetes mais abrangentes, de interesse geral. E manter a linguagem técnica mais elaborada restrita aos verbetes mais específicos e especializados, destinados aos estudiosos e conhecedores do tema. Os primeiros, os de linguagem simples, se dirigiam aos leitores medianos e os segundos, mais complexos, aos leitores cultos. Dando um peso cultural diverso para cada um dos seus textos, Cosme se abria à possibilidade de diálogo com os mais diversos leitores.

Outra das prerrogativas do anteprojeto de Mário de Andrade que o autor respeita é a de que o conhecimento da matéria nacional deve estar em desproporção em relação aos outros assuntos. Se tomarmos, como ponto de partida para a análise, as palavras-chave de cada um dos seus textos, perceberemos que há entre elas uma recorrência bastante significativa, afinal, as duas palavras-chave mais frequentes são *popular* e *nacional*, presentes em 5 dos 9 textos do autor. A terceira palavra-chave mais frequente é *biografia*, com 3 entradas, seguida de *concretismo*, com 2. Com apenas uma entrada, temos, por fim, as palavras-chave *técnica*, *folclore*, *história*, *bibliografia*, *estética* e *linguagem*.

Temos, desta maneira, como primeira impressão, a ideia de que os textos de Cosme podem ser compreendidos a partir da chave de leitura da tripla função da *Enciclopédia Brasileira* de Mário de Andrade: falar, de maneira erudita, do popular; falar, de maneira popular, do erudito; e falar, de maneira erudita, para especialistas, de aspectos específicos da música. Não nos esquecendo da necessidade de, sempre que possível, haver um maior espaço à matéria nacional. Se formos organizar os seus textos com o intuito de confirmar essa impressão, teríamos, a partir dessa prerrogativa, a seguinte divisão:

a) Falar, de maneira erudita, do popular:

Em *Folcmúsica no Rio Grande do Sul*, publicado no segundo volume da *Revista do Livro*, Luís Cosme aborda o tema a partir de um dos valores da multivalência de Mário de Andrade. Ao falar das experiências populares presentes na música gaúcha, o musicólogo discutiu a real presença e o alcance do popular nas produções musicais gaúchas da década de

1950. Elegendo a coletânea *Gaúcho* como elemento analítico, Luís Cosme vai notar que houve, no disco, um esforço de aperfeiçoamento da qualidade harmônica e orquestral estranho à matéria popular. E que esse esforço tirara a legitimidade do disco como elemento representativo da música popular do Rio Grande do Sul. Em seguida, o autor apresenta uma longa lista dos discos de “autênticos motivos regionais” da música gaúcha, como se rendendo à preocupação de bem direcionar os eruditos aos valores autênticos do folclore dos pampas, distanciando-os das “desastrosas obras em que seria preciso conciliar a excessiva autenticidade dos motivos folclóricos com as exigências da unidade formal da música”.<sup>25</sup>

Temos, neste texto, uma abordagem erudita de uma problemática popular, ou da própria conceituação e preservação do popular diante de pressões estranhas à matéria. O mesmo movimento pode ser visto no ensaio *Salamanca do Jarau*, publicado no número 14 da *Revista do Livro*, no qual Cosme apresenta as motivações que o levaram a elaborar o seu bailado homônimo. Inspirado na lenda espanholada *Cuevas de San Cebrian*, Cosme afirmou categoricamente que a lenda já estava “incorporada ao folclore rio-grandense”<sup>26</sup> mesclado a elementos locais de tipos, paisagens e língua.

O seu texto avança apresentando as motivações e particularidades de sua obra. A Salamanca do Jarau seria uma caverna assombrada que serviria de cárcere para o Sultão de Salamanca e a princesa Teiniaguá que, apaixonados, foram lá aprisionados por conta do amor proibido. A presença de elementos espanhóis é patente, desde o título da lenda. Confundida com a cidade de Salamanca, a caverna ganha o significado de uma fumaça encantada por conta de uma suposta escola de magia que se instalou na cidade durante a ocupação moura. A própria nomenclatura das personagens da lenda parece, a princípio, distante do folclore gaúcho, com o sultão e a princesa. Porém, ao se localizar no Jarau, linha divisória entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, a lenda ganha aspectos de cor local, como, de acordo com Cosme, a presença do vaqueiro Blau Nunes<sup>27</sup>, o destemido herói que enfrentaria os mistérios da caverna com o intuito de resgatar o casal aprisionado.

Salamanca do Jarau seria, desta maneira, mais um texto de Luís Cosme que se alinha à função de apresentar elementos populares brasileiros a uma camada culta da sociedade brasileira de maneira erudita, discorrendo sobre as influências estranhas à matéria nacional e sobre como essas influências foram incorporadas, transformadas na lenda gaúcha.

---

<sup>25</sup> COSME, Luís. *Folclore no Rio Grande do Sul*. In: **Revista do Livro** n. 03/04, p. 142.

<sup>26</sup> COSME, Luís. *Salamanca do Jarau*. In: **Revista do Livro** n. 14, p. 189.

<sup>27</sup> O mesmo narrador de *Contos Gauchescos*, de Simões de Lopes Neto.

b) Falar, de maneira popular, do erudito:

Em seu segundo papel no esforço de perseguir a multivalência de Mário de Andrade para a *Enciclopédia Brasileira*, Luís Cosme altera sua chave de escrita e de abordagem dos textos. Motivado por preocupações que reconhecemos como didáticas, o musicólogo elabora seu *Três compositores brasileiros* com o intuito de apresentar a um público distante da música brasileira três dos seus representantes: José Maurício, Carlos Gomes e Villa-Lobos. Adotando uma linguagem mais simples e didática, Cosme traça um brevíssimo panorama histórico da música à guisa de introdução, já no primeiro parágrafo do seu texto:

Além das influências que concorreram para o crescimento da música brasileira, como a influência jesuítica, que constitui o período de formação; a espanhola, constituindo o período de caracterização; a bragantina que constitui o período de desenvolvimento; a dos pseudo-maestros italianos, período de corrupção, ou mesmo a influência republicana, significando o período nativista, a música brasileira tem os seus alicerces em três raças tristes: a portuguesa, a negra e a ameríndia.<sup>28</sup>

Tal qual um enciclopedista armando uma didática linha evolutiva da música brasileira, Cosme apresenta informações de cada período histórico, sem aprofundar a discussão ou sem justificar os rótulos dados. Com essas afirmações categóricas, instituiu-se um conhecimento básico e introdutório acerca da música brasileira. Nessa linha evolutiva, Luís Cosme elenca os três compositores modelos.

O primeiro, José Maurício, é apresentado em seu contexto de atuação, advindo das benfeitorias decorrentes da chegada da corte ao Rio de Janeiro, em 1808. Sem maiores informações, Cosme apressa-se em afirmar que o padre-mestre José Maurício Nunes Garcia, inspetor de música da Capela Real, foi o maior expoente da cena musical brasileira em seu período colonial e de influência portuguesa.

Avançando na linha evolutiva, “depois de José Maurício, o acontecimento da música brasileira é, na realidade, Carlos Gomes”.<sup>29</sup> Com o intuito de apresentá-lo, Cosme repete a fórmula didática que utilizou para José Maurício. Começa introduzindo o contexto histórico, citando as influências e apresentando conceitos fechados para os termos mais complexos utilizados. Desta maneira, Cosme define o romantismo musical como uma arte que realça o papel da emoção e da subjetividade, “e negligencia o ponto de vista formal e estrutural”.<sup>30</sup> O autor afirma, assim, que o romantismo musical encontrou terreno fértil no Brasil, por sua aproximação com a literatura.

---

<sup>28</sup> COSME, Luís. *Três compositores brasileiros*. In: **Revista do Livro**, n. 08, p. 215.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 216.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 217.

Aplicando novamente a fórmula de apresentar o compositor a partir de um elemento mais amplo para, em seguida, focar em uma característica, Cosme apresenta Villa-Lobos – ou Vila Lóbos, no original – em seu contexto de atuação e aspectos da sua obra. Comparando-o com outros compositores atuantes na década de 1950, o musicólogo reforça o destaque dado ao compositor das *Bachianas brasileiras*, sobretudo pela forte presença do elemento nacional em sua obra, interpenetrada de “elementos musicais provenientes do folclore brasileiro”.<sup>31</sup> Ainda segundo Cosme, não é gratuito o fato de que “Grande parte das obras de Vila Lóbos estar situada na fase nacionalista de aspecto folclórico – marcando assim o ciclo mais original e mais fortemente consciente da história musical do Brasil contemporâneo – revela ainda a sua universalidade artística<sup>32</sup>”. Por fim, Cosme realiza o mesmo movimento que vimos em *Salamanca do Jarau*: apontar as influências estrangeiras, transpostas, assimiladas e adaptadas a cena brasileira, apontar como Villa-Lobos valeu-se de sua formação de música erudita universal para mesclá-la com elementos do folclore brasileiro, sobretudo em suas *Bachianas*.

Como se realizasse uma revisão, ou melhor, um aprofundamento do verbete *Villa-Lobos* da *Enciclopédia Brasileira*, Luís Cosme assinou o texto *Vila Lóbos, compositor brasileiro*, publicado no número 18 da *Revista do Livro*. Lemos este texto como uma revisão, pois o seu primeiro parágrafo é uma transcrição *ipsis litteris* do primeiro parágrafo do texto que analisamos anteriormente. Além de alguns trechos idênticos, o seu *modus operandi* também se mantém inalterado: o autor começa por um campo temático mais amplo, para, depois, aprofundar a leitura e localizar Villa-Lobos em seu contexto histórico de atuação, citando a evolução da música brasileira, das influências estrangeiras, das reações nacionais:

Ainda que tocando fundo o coração brasileiro, a *modinha*, como simples manifestação do nosso sentimento, é o produto abrasileirado de outras civilizações e outras culturas, agindo na alma nacional. Sendo de caráter essencialmente amoroso e romântico, foi acolhida por nós e por nós aproveitada, recebendo a feição característica do nosso sentimento.<sup>33</sup>

Luís Cosme segue à risca o preceito de Mário de Andrade para a *Enciclopédia Brasileira*: vincular o nacional ao universal, dando ênfase ao primeiro, ou melhor, dando ênfase em como o primeiro, o nacional, valeu-se de influências estrangeiras para se formar. Dizia Mário que os elementos universais já estavam bem explorados pelas enciclopédias estrangeiras, e que cabia à *Enciclopédia Brasileira* dar maior peso à matéria nacional a fim de fazer valer o nacional diante do universal. Assim, Villa-Lobos, por tão bem explorar a *modinha*, ganhou o reconhecimento de Cosme e seu lugar no panteão dos grandes músicos brasileiros.

---

<sup>31</sup> *Idem*, p. 218.

<sup>32</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>33</sup> COSME, Luís. *Vila-Lóbos, compositor brasileiro*. In: **Revista do Livro**, n. 18, p. 192

Luís Cosme, ainda neste texto, avança na mesma toada até chegar na análise das *Bachianas Brasileiras*. Para discorrer, elogiosamente, acerca da *obra prima* de Villa-Lobos, o autor vai novamente transcrever tal e qual mais um parágrafo do seu ensaio anterior: “Grande parte das obras de Vila Lôbos (sic) estar situada na fase nacionalista de aspecto folclórico – marcando assim o ciclo mais original e mais fortemente consciente da história musical do Brasil contemporâneo – revela ainda a sua universalidade artística<sup>34</sup>”. Como se transcrevesse o esforço de afirmar o lugar ocupado pela cultura nacional diante da universal, Luís Cosme, a nosso entender, mantém-se fiel ao projeto de Mário de Andrade para a *Enciclopédia Brasileira*, o de levar a cultura erudita às camadas populares da população brasileira, dando ênfase a um processo de valorização da produção nacional, do bem nacional, enfim, da cultura nacional.

c) Falar, de maneira erudita, do erudito:

O último método de abordagem baseado nos três pilares da *Enciclopédia Brasileira* do anteprojeto de Mário de Andrade também é explorado por Luís Cosme, ao abordar temas específicos da música, como se falasse para seus próximos. Nestes textos, o autor se permite uma maior liberdade ao emitir juízos de valor e suas opiniões teóricas, musicais e de gosto. Em *Experiência do Concretismo na música*, publicado na *Revista do Livro* número 01/02, por exemplo, o funcionário do INL construiu o seu debate em torno das influências que o concretismo exerceu na música, ou melhor, sobre o rumo ao qual a experiência concretista na música estaria direcionando-a:

Parece-me que a arte de pensar com os sons não deve existir do ponto de vista do simples movimento sonoro, mas sobretudo, devemos considerá-la como algo artístico: fator construtivo para o aproveitamento do seu nível estrutural ou estético. Colocar a música na pura limitação do simples movimento sonoro é o rumo do concretismo, que provém dos conceitos estéticos de Stravinski (sic) e dos efeitos dodecafonistas de Schönberg a um tipo de música evidentemente extravagante, cujo emprego sugere um fenômeno sonoro de música espacial, tão complexo quanto se possa imaginar, música baseada em três planos de referências: a) plano melódico ou tessitura; b) plano dinâmico ou formas; c) plano melódico ou timbres.<sup>35</sup>

Ao apontar que, em sua opinião, a arte de pensar não deve existir apenas como movimento sonoro, o autor apresenta sua primeira crítica à experiência concretista na música, considerando-a uma limitação do movimento sonoro, e não um fator construtivo no nível estético. Luís Cosme segue, ainda, a apresentar os três planos de referência nos quais estão baseadas as experiências concretistas, os planos de tessitura, formas ou timbres, e a argumentar que o concretismo encara a música a partir de uma organização celular ou em notas complexas.

---

<sup>34</sup> *Idem*, p. 192.

<sup>35</sup> COSME, Luís. *Experiência do Concretismo na música*. In: **Revista do Livro** n. 01/02, p. 77.

Ou seja, Cosme lança mão de uma análise mais aprofundada, valendo-se de conceitos – sem defini-los – e termos complexos, partilhados somente entre os especialistas no assunto.

O autor volta a revisar o verbete no texto *Ensaio sobre a música concreta*, publicado na *Revista do Livro* número 09, de março de 1959, adaptando o seu parágrafo introdutório:

Este sistema de compor consiste em colocar a música como simples elemento sonoro, partindo dos conceitos de Stravinski (sic), e dos efeitos dodecafônicos de Schoenberg, para um tipo de música evidentemente extravagante, cujo emprego sugere um fenômeno sonoro de música espacial, tão complexo quanto se possa imaginar; música baseada em três planos de referência: a) plano melódico ou tessituras; b) plano dinâmico ou formas; c) plano harmônico ou timbres.<sup>36</sup>

O que difere entre os textos é, sobretudo, a organização textual e a apresentação visual dos argumentos. Se, no primeiro, Luís Cosme trabalha com as informações em texto corrido, no segundo, a organização visual torna-se mais elaborada, com divisões e marcas paratextuais introduzindo a discussão de cada um dos planos anunciados. Em seu segundo ensaio, o musicólogo corrige também uma pequena falha do texto anterior: no primeiro, a divisão entre os planos foi feita entre os planos melódico, dinâmico e melódico novamente. Já no seu segundo texto temos a divisão em melódico, dinâmico e harmônico. A manutenção do tema, a correção da análise dos planos, a repetição literal dos parágrafos são elementos que corroboram a nossa leitura de que, no fundo, ambos eram um só texto, revisado entre uma publicação e outra.

A revisão dos planos reaparece, novamente, em *Música e História*, publicado na *Revista do Livro* n.º 12, no qual o autor discorre sobre como cada um destes planos atua em diferentes escolas – termo utilizado por Cosme para definir agrupamentos de criações musicais influenciadas por um nome, por um grupo, ou por uma época, como o Italianismo de Rossini, ou o ecletismo de Meyerbeer –, ou melhor, sobre como cada uma das escolas que ele analisa explora os diferentes planos.

Esse constante visitar de seus textos leva água ao moinho da nossa hipótese de elaboração de verbetes da *enciclopédia*, como se o autor estivesse, ao longo dos anos, reelaborando e readaptando seus escritos com o intuito de aprimorar o que, por ventura, viria a ser publicado de maneira definitiva na *Enciclopédia Brasileira*. A revista, por seu caráter transitório, periódico, configurar-se-ia como um bom espaço para pôr à prova os seus verbetes.

### **Do segundo grupo: Euryalo Cannabrava**

Dentre os textos publicados na *Revista do Livro*, há um segundo agrupamento possível, o de textos filiados ao projeto da *Enciclopédia Brasileira* sob a coordenação do filósofo Euryalo

---

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a música concreta*, In: **Revista do Livro**, n. 09, p. 215.

Cannabrava. Com um espaço muito mais reduzido, diante da hegemonia do grupo de José Galante de Sousa, foram poucos os textos que se alinharam aos princípios da enciclopédia de Cannabrava. Nestes textos, podemos perceber um enfoque maior na complementação dos estudos universitários, da formação universitária, a fim de contribuir para o processo de aquisição de um conhecimento especializado, de alto nível cultural. Nota-se, também, nesse grupo, a ausência significativa de elementos de origem popular.

Elencamos, portanto, nesse grupo, textos que, grosso modo, puderam ser divididos em duas vertentes:

a) A partir do seu caráter prospectivo

Nesta subdivisão, enquadram-se alguns ensaios que possuem um caráter prospectivo, que estabelecem projeções, emitem opiniões, sempre ligadas a temas especializados, voltados a um público universitário. Não necessariamente esses textos se vinculam ao desapego pelos elementos históricos, como apregoa Euryalo Cannabrava, mas são ensaios que versam, principalmente, sobre temas emergentes do presente histórico da revista, temas em destaque na cena universitária, na cena crítica das décadas de 1950 e 1960.

Temos nesse grupo, por exemplo, o texto de Afrânio Coutinho, *A Nova Crítica*, publicado na *Revista do Livro* número 03/04. Ao falar das diferenças entre a nova crítica e o *new criticism* anglo-americano, Coutinho aponta o aspecto ainda em formação da cena crítica: [a nova crítica] “é uma tendência geral da evolução crítica, a qual caracteriza a primeira metade do século, tudo indicando que a dirige para a constituição da crítica literária como disciplina autônoma”.<sup>37</sup> Ao notar as tendências da cena crítica à época, Coutinho emite sua opinião a partir da percepção acerca da crescente especialização da disciplina de crítica literária. Especialização essa ligada ao desenvolvimento universitário brasileiro, à expansão e ampliação dos cursos de Letras pelo país.

Ao se dirigir a um público especializado, Coutinho vale-se da não necessidade de explicação ou apresentação dos conceitos. O autor cita-os sem defini-los, por entender que já fazem parte do arcabouço teórico de estudantes e pesquisadores interessados no tema. Ao falar, por exemplo, das diferenças entre as críticas do século XIX e a Nova Crítica, Afrânio Coutinho lança mão de alguns conceitos fundamentais da crítica literária: “A primeira, a oitocentista, é genética, historicista, extrínseca; a atual é estruturalista, intrínseca ergocêntrica, em vez de

---

<sup>37</sup> COUTINHO, Afrânio. *A Nova Crítica*. In: **Revista do Livro**, n. 03/04, p. 256.

buscar a origem do poema, procura estudar a sua natureza, a sua estrutura, segundo a sua “unicidade”, as leis e constantes de sua existência como tal.”<sup>38</sup>

Sem falar o que é a crítica genética, historicista, extrínseca, muito menos o que seria o estruturalismo, a crítica intrínseca, ergocêntrica, Coutinho deixa a cargo do leitor o conhecimento acerca desses conceitos, como se essas informações fizessem parte de um pressuposto de leitura exigido do leitor. A própria discussão levantada pelo crítico literário se inscreve em uma esfera de circulação particular, já referenciada no chamativo que abre o texto: “o equívoco maior que vigora entre nós...”<sup>39</sup> Esse *nós* a que faz referência Afrânio se inscreve na esfera do nós, interessados pela literatura, nós, críticos literários, nós, estudantes de literatura, ou melhor, estudantes de crítica da literatura.

Porém, o que diferenciaria o texto de Coutinho dos textos especializados para especialistas de Luís Cosme que não o enquadraria no anteprojeto de Mário de Andrade? Uma diferença fundamental, que o próprio texto de Coutinho trata: o seu caráter opinativo e prospectivo:

É evidente que a nova crítica ainda não se constituiu completamente. A própria diversidade de correntes em todo o mundo é disso uma prova. Por ora está na fase das críticas, à espera da Crítica. Mas chegaremos lá, e que é este o caminho não resta dúvida aos que estão a par do problema.<sup>40</sup>

Se fizermos um jogo com a observação de Cannabrava que vimos anteriormente, poderíamos ler: “é evidente que a energia nuclear ainda não se constituiu completamente”. “Por ora, está na fase dos testes, mas chegaremos lá”. Chegaremos lá, neste futuro prometido da Crítica, das maravilhas da energia nuclear, do domínio da técnica, do método.

b) Pelo enfoque dado à técnica

Sob o domínio da técnica e do método de pesquisa estão alguns textos publicados pela *Revista do Livro* em suas páginas ao longo dos cinco anos que compõem o nosso *corpus*. Os mais emblemáticos são os textos de Manuel Cavalcanti Proença, sobretudo o seu *Alguns aspectos formais de “Grande Sertão: Veredas”*, *Revista do Livro* número 05, de março de 1957. Em seu estudo, Proença concentra-se nos aspectos formais da escritura de Guimarães Rosa, trabalhando somente com os elementos intrínsecos ao texto. Cavalcanti lança mão, desta maneira, de uma série de técnicas de leitura para analisar o processo de formação das palavras, o processo estilístico de Rosa.

---

<sup>38</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>39</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>40</sup> *Idem, p. 258.*

O estudo de Proença não deixaria de ser uma aplicação direta sobre um texto dos preceitos da nova crítica de que falou Afrânio Coutinho. O autor vai tabular os dados analíticos, elencando as formações advindas dos latinismos, arcaísmos, palavras eruditas, indianismos, pleonasmos, superlativos, jogos sonoros, prefixação. Não há espaço em seu texto para aspectos extrínsecos, oriundos da crítica oitocentista, para a leitura biográfica, histórica da literatura.

O mesmo gesto de valorização do intrínseco face aos elementos extrínsecos é repetido por Jorge de Sena, em sua leitura d'*A estrutura de "Os Lusíadas"*, publicado na *Revista do Livro* número 21–22:

De *Os Lusíadas* tem-se estudado tudo: a fauna e a flora, a astronomia, a geologia, e, monumentalmente, as "fontes". Tem-se discutido se é ou não um poema épico, se o papel do maravilhoso é feliz ou infeliz artisticamente, e a última moda é que, de tão feliz, as personagens de carne e osso são as que não tem, a comparar com os "deuses", carne e osso nenhuns. Com efeito, a Vênus, que atravessa o poema, e as residentes da ilha dos Amores, são suficientemente planturosas para perturbar a adolescência recalcada de qualquer erudito. **Mas isso é uma outra questão.** A questão que nos ocupa é muito diversa. Não se trata de discutir o que está mais bem ou menos bem realizado naquele **texto** composto de 8816 versos. Trata-se, apenas, de observar, **estruturalmente**, o que Camões fez.<sup>41</sup>

É essa outra questão que ganha destaque na leitura *estrutural* de Jorge de Sena. Os aspectos extrínsecos, que outrora eram determinantes para a crítica, ficariam restritos às suas disciplinas de origem. A fauna e a flora caberiam à biologia, a astronomia aos astrônomos, as fontes aos arqueólogos e historiadores. Para o crítico literário, a questão é outra, é o texto e a sua estrutura. E para seu estudo textual, Jorge de Sena procura verificar como *Os Lusíadas* são "não só um prodígio de arte narrativa, como um prodígio de *arquitetura* significativa".<sup>42</sup>

O autor vai em busca, portanto, da armação estrutural do poema épico, estrutura essa que produz significado por si só, sem se importar com elementos estranhos ao textual, extrínsecos ao poema. Nem mesmo as influências que Camões possa ter sofrido seriam significativas para o autor: "insisto: para a compreensão estrutural de uma obra de tal escala (em tamanho e em ambições), não importa que Virgílio, Ovídio, Horácio [...] estejam presentes, demasiado presentes, em passos decisivos".<sup>43</sup> É, a seu ver, a estrutura a verdadeira estância significativa. Sua análise avança, desta maneira, centrada nos aspectos estruturais e técnicos da formação do poema de Camões, propondo estatísticas de versificação, de construção, computando quantos versos compõem cada canto, e como os cantos se equilibrariam entre si.

---

<sup>41</sup> SENA, Jorge de. *A estrutura de "Os Lusíadas"*. In: **Revista do Livro** n. 21/22, p. 65. [Grifos em itálico do autor, grifos em negrito, nossos.]

<sup>42</sup> *Idem*, p. 66.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*.

O que queremos notar é que Jorge de Sena, ao produzir uma análise estruturalista do poema épico de Camões, alinha-se à valorização da técnica em detrimento dos aspectos subjetivos, tal qual propunha Euryalo Cannabrava, e por isso pode ser agrupado junto aos textos que serviriam aos preceitos da *Enciclopédia Brasileira* do filósofo.

### **Do terceiro grupo: a leitura bibliográfica**

Era um nome, ver o que. Que é que é um nome? Nome não dá: recebe.  
João Guimarães Rosa. *Grande Sertão: veredas*.

Se o primeiro grupo se organizou em torno do anteprojeto de Mário de Andrade e o segundo a partir dos preceitos de Cannabrava para a *Enciclopédia*, a terceira vertente, a predominante nas páginas da revista, pode ser lida em torno do projeto de Galante de Sousa.

Em seu projeto, José Galante de Sousa previa o retorno, ainda que enfraquecido, da multivalência elaborada por Mário de Andrade. Afirmamos que esse retorno teria seu caráter enfraquecido pois o projeto de Galante de Sousa não se dedicaria com o mesmo afinco à valorização e à transposição do popular ao erudito. Os elementos populares perderiam, desta maneira, seu espaço de destaque. Ainda assim, havia uma ampliação do público-alvo, com uma preocupação *didática* de levar a outras camadas de leitores o conhecimento enciclopédico acerca da cultura geral. Desta maneira, dentre os textos que elencamos como pertencentes a esta corrente interpretativa da cultura, o popular deixaria de ser um tema ou uma chave de leitura, e passaria a significar um esforço de popularização da alta cultura. Isto quer dizer que haveria, dentre os textos deste grupo, aqueles que se direcionariam a um público não necessariamente especialista, mas também a um público interessado em ampliar seus conhecimentos acerca da cultura brasileira.

Podemos perceber essa mudança na abordagem dos textos. Em resumo, nos estudos ligados ao anteprojeto de Mário era visível a multivalência do erudito, do popular e do especializado; nos ensaios vinculados ao projeto de Cannabrava, a especialização temática e a predominância da análise; e nos textos do grupo de Galante, a apresentação, o levantamento biobibliográfico. Estes textos valorizam, porquanto, os aspectos extrínsecos, sobretudo os aspectos biográficos e históricos, traduzidos em um esforço de apresentação de um tema, de um assunto, de um *nome de peso* a um público não especializado.

Há, na *Revista do Livro*, uma série de indícios que nos permite lê-la como um esforço de confecção do *dicionário de literatura*, projeto que corria em complemento à *Enciclopédia Brasileira*. Se atentarmos, por exemplo, às estatísticas de palavras-chave dos textos publicados

pela *Revista do Livro*, perceberemos que apenas 9 entradas correspondem a quase metade do tesouro total de 517 entradas.

São elas: a) biografia, com 117 entradas e 11,30% do total; b) bibliografia, 83 e 8,02%; c) história, 72, 6,96%; d) crítica, 59, 5,7%; e) poesia, 54, 5,22%; f) informes, 43, 4,15%; g) linguagem, 39, 3,77%; h) estética, 26, 2,51%; e, i) romance, 24, 2,32%.

A predominância das palavras-chave *Biografia*, *Bibliografia*, *História* e *Crítica* – com 32,98% do total – corrobora com a nossa leitura de que a *Revista do Livro* configurar-se-ia como uma espécie de pré-dicionário biobibliográfico da literatura brasileira, por respeitar justamente os critérios instituídos por Galante de Sousa que vimos no início deste artigo. Voltemos a eles:

Optou-se começar os trabalhos pelas Séries A e B, acima referidos, lançando-se o Instituto, em relação aos Assuntos Brasileiros, à feitura do *Dicionário de Literatura*, ao mesmo tempo bibliográfico e de assuntos, registrando autores, obras, gêneros, movimentos, sociedades, academias, etc. Partindo de valioso material de pesquisa, acumulá-lo em anos de trabalho por Antônio Simões dos Reis e José Galante de Sousa, indiscutivelmente figuras exponenciais da Bibliografia Brasileira, tem desde o ano próximo passado, desenvolvimento a primeira fase da elaboração do Dicionário que consiste na complementação e atualização do levantamento bibliográfico geral, a cargo desses especialistas e de um grupo de colaboradores.<sup>44</sup>

O dicionário deveria atuar, portanto, em duas frentes concomitantes. Ser ao mesmo tempo bibliográfico – realizar o levantamento de textos segundo critérios sistemáticos diversos (cronológico, autoral, geográfico, histórico) – e de assuntos, temático. Não somente a predominância da palavra-chave biografia, mas também a análise dos textos nos permitirá afirmar que o critério adotado para a confecção do dicionário fora o biográfico, o autoral.

Se atentarmos às estatísticas geradas pela indexação da Base de Dados do NELIC, veremos que há um arranjo complexo entre os textos que corrobora, também, com a predominância do biográfico nas páginas da revista.

No total, a *Revista do Livro* reuniu 442 textos – 363 se contarmos os que são assinados – divididos em sete diferentes seções. Se excluirmos os textos de informe do INL, reduzimos para 422 esse total. Destes, 218 possuem um nome no campo de *Nome pessoal como assunto*, ou seja, 51,65% dos textos publicados pela *Revista do Livro* versam sobre um autor específico.

Se separarmos os autores mais citados (em 3 textos ou mais), teremos a seguinte organização: Machado de Assis, 34 textos, 15,60% do total. Euclides da Cunha, 8, 3,67%. Mário de Andrade e João Guimarães Rosa, cada um com 6 textos e 2,75% do total. Augusto Sacramento Blake, Henrique Coelho Neto, João Cabral de Melo Neto e Lucio de Mendonça, cada qual com 4 textos e 1,83% do total. Augusto dos Anjos, Aluísio Azevedo, Tomas Antônio

---

<sup>44</sup> SOUSA, José Galante. *Op. cit.*, p. 232.

Gonzaga, Joaquim Manoel de Macedo e Luís Carlos Martins Pena, 3 textos cada, representando 1,38% do total.

Assim, dos 218 textos que versam sobre um autor específico, 34 elegem Machado de Assis como elemento central para sua análise. Se separarmos por seção, veremos que Machado de Assis aparece em apenas um editorial, o da *Revista do Livro* número 11, em sua homenagem. O autor de *Quincas Borba* responderia ainda por duas entradas na seção *Arquivo* e quatro na *Inéditos*. A revista publica, ainda, seis informes sobre Machado. Contudo, a seção que responderia pela maioria dos textos sobre o autor de *Brás Cubas* seria *Estudos*, com 21 entradas. Nestes ensaios, as palavras-chave mais frequentes são: Biografia (13 entradas), Crítica (8), História (6), Bibliografia (5), Linguagem (4), Poesia, Romance e Personagem (3).

Já Euclides da Cunha, o segundo da lista, é assunto em 8 textos. Destes, um foi publicado como inédito, um nos informes da revista, e 6 na seção *Estudos*. Destes 6 textos, as palavras-chave mais frequentes são Biografia (6 entradas), Bibliografia, História e Crítica (2), Linguagem, Poética, Romance, Ciência (1). Em comum entre os dois escritores: ambos foram homenageados na *Revista do Livro*, ambos foram biografados por José Galante de Sousa.

Estas recorrências corroboram, mais uma vez, com nossa leitura da hegemonia dos textos vinculados ao projeto de José Galante de Sousa para a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário de literatura brasileira*.

Contudo, os casos de Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Coelho Neto, Augusto dos Anjos e Aluísio Azevedo estruturam-se de maneira diversa. Nesses, não temos a predominância das palavras-chave biografia, bibliografia, história, pois os textos que versam sobre esses autores se inscrevem na esfera da nova crítica, alinhada à *Enciclopédia Brasileira* de Euryalo Cannabrava. As palavras-chave mais frequentes nesse grupo de textos seriam, portanto, aquelas ligadas a uma crítica intrínseca, tais como linguagem, poesia, modernismo, estética, poética.

Por fim, temos ainda nomes como Cabral de Melo Neto, Lúcio de Mendonça, Tomas Antônio Gonzaga, Joaquim Manoel de Macedo e Martins Pena. Nesses casos, a repetição se deve não a ampla presença do autor nas páginas da revista, mas sim ao estudo especializado de pesquisadores que publicaram seus ensaios em partes, em diferentes números. Cabral, por exemplo, é o nome pessoal como assunto dos quatro textos de Othon Moacyr Garcia, intitulados *A página branca e o deserto (I, II, III e IV)*, publicados nos números 07 ao 10, respectivamente. Assim como Tomas Antônio Gonzaga recebe a atenção de Rodrigues Lapa, Joaquim Manoel de Macedo e Temístocles Linhares; e Martins Pena, de Darcy Damasceno. Todos esses textos podem ser vinculados aos preceitos de explorar o conhecimento especializado, entre pares.

A hegemonia da leitura biobibliográfica e histórica em suas páginas é um dos sintomas do projeto de Galante de Sousa. Mesmo os textos que não obedecem a esses critérios hegemônicos podem ser lidos como integrantes do dicionário, por não escaparem da centralidade do autor. Ou seja, de um lado teríamos os textos que se valem da vida do autor para engrandecer a sua literatura; por outro, ensaios que se valem do nome do autor para analisar a sua produção. Disso acarreta o fato de que o *Dicionário da literatura brasileira* – que deveria ter sido, ao mesmo tempo bibliográfico e de assuntos, registrando autores, obras, gêneros, movimentos, sociedades, academias – concentrar-se-ia, na sua versão *Revista do Livro*, somente no primeiro item, o autor.

Vimos, assim, como a ideia de popular perpassa a *Revista do Livro* através dos projetos de Mário de Andrade, Euryalo Cannabrava e José Galante de Sousa. Seja pela sua valorização, pela sua transposição às altas camadas da sociedade ou simplesmente pela sua ausência. As diferentes propostas para a *Enciclopédia* surgem concomitantes na revista, mas se organizaram em sua sequência temporal dentro do Instituto Nacional do Livro. A chave de leitura das enciclopédias nos permitiu, portanto, estabelecer uma coerência nos critérios de seleção dos textos que foram publicados na *Revista do Livro*. E foi justamente as diferentes abordagens da ideia de popular que diferenciaram as propostas de Mário, Cannabrava e Galante. Levando em conta, porém, que nenhum dos projetos tornou-se realidade e o Instituto Nacional do Livro encerrou suas atividades em 1990 sem sua enciclopédia, percebe-se que nenhuma proposta teve grande popularidade nos mais diferentes governos que se sucederam no Brasil entre 1937 e 1990.

## Referências

AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. *Uma enciclopédia à Brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade*. In: **Estudos Históricos**, v. 13, n.º 24. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ANDRADE, Mario de. *Enciclopédia Brasileira*. São Paulo: EdUSP, 1993.

BRASIL, *Decreto-lei número 93*, de 21 de dezembro de 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 28.11.2014.

CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade: Exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

*Revista do Livro*, números 01/02, 03/04, 1956; 08, 1957; 09, 1958; 14, 1959; 18, 1960; 21/22, 23/24, 1961, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, RJ.